



Colegiado Educação



Pauta

1. Apresentação da Secretaria Municipal de Educação de Gaspar.
2. Economia: Contas públicas.
3. Esclarecimentos da Secretaria de Estado da Educação aos municípios, com a presença do diretor da DIAE/SED, Osmar Matiola.
4. Formação de professores
5. Sistema Nacional de Educação.
6. Plano Municipal de Educação: acompanhamento, ideologia de gênero.
7. Assuntos gerais.

Situação Econômica dos Municípios.

A situação econômica brasileira tem apresentado uma onda crescente de incerteza. Tal quadro é motivado e composto por um cenário de perspectiva de inflação acima do teto da meta, **recessão do PIB prevista pelo governo de 1,49%**, redução de competitividade da indústria ao longo dos últimos anos causada também por desvalorização do real, balança comercial em déficit e os baixos investimentos estrangeiros.

Esta **conjuntura macroeconômica impacta diretamente e negativamente na decisão de consumir/investir dos agentes.**

Isto reduz : Arrecadação tributária ,
Transferências constitucionais
Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disto, o presente estudo visa esclarecer o quadro atual das finanças municipais e o que tem causado a presente situação.

Na primeira seção é abordado o impacto que as desonerações, criadas pelo governo federal, causou nas contas municipais.

2008, o Governo Federal com a intenção de estimular a economia agravou ainda mais a situação das finanças municipais, uma vez que promoveu diversas desonerações.

As **desonerações** feitas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o 'congelamento' da tabela de alíquotas do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) **afetam diretamente as contas municipais, pois ambos os impostos compõem o FPM.**

O montante do Fundo equivale a um percentual de **23,5% de cada imposto**, depois de descontados os valores das restituições e dos incentivos fiscais.

Somando as duas medidas, os municípios brasileiros perderam **R\$ 121,454 bilhões de reais de 2008 a 2014** em repasses para o FPM. Tal informação está evidenciada na tabela abaixo.

Municípios Brasileiros: 5.570 (Fonte:IBGE)

Perda por Município: **R\$ 22.386.837,29**

Tabela 1: Impacto das desonerações de IPI e IR - 2008 a 2014 (em R\$)

UF	Total	UF	Total
AC	624.517.109	PB	3.922.379.247
AL	2.888.752.051	PE	6.051.462.817
AM	1.807.992.433	PI	3.174.641.974
AP	449.736.534	PR	8.227.490.181
BA	11.078.188.650	RJ	3.628.208.039
CE	6.222.268.453	RN	3.053.572.371
DF	191.671.853	RO	1.057.717.345
ES	2.104.063.546	RR	498.392.729
GO	4.430.443.324	RS	8.218.894.476
MA	5.052.770.683	SC	4.726.304.985
MG	15.920.908.647	SE	1.793.835.469
MS	1.838.759.127	SP	16.118.947.754
MT	2.226.625.709	TO	1.745.448.925
PA	4.400.770.330	BR	121.454.764.761

Fonte: TCU

Santa Catarina: **R\$ 4.726.304.985**

Municípios Catarinenses: 295

Perda com os 2 impostos R\$ **16.021.372,83 milhões**

Royalties e a Lei 12.734/12

A liminar concedida nos autos da ADI 4917 sob a relatoria da Ministra Cármen Lúcia, que suspendeu artigos da Lei 12.734 de 2012, impediu que a grande maioria dos Municípios brasileiros recebesse, desde o mês de junho de 2013, valores de royalties e participação especial (PE) referentes à produção a partir de abril de 2013. Estes recursos deveriam entrar na nova distribuição determinada pela Lei 12.734 de 2012 e são destacados na tabela 2.

Tabela 2: Arrecadação dos MUNICÍPIOS com Royalties e PE em MAR -produção de abril de 2013 a dezembro de 2014

UF	Recebeu da produção de abril 2013 a dezembro de 2014 com a suspensão da Lei 12.734 / 2012		Receberia pela Lei 12.734 / 2012		Aumento (Redução)
	Confrontantes / Afetados	Fundo Especial	Confrontantes / Afetados	Fundo Especial	
AC	0	10.419.334	0	51.711.743	41.292.409
AL	118.457.979	46.611.645	35.725.946	222.766.134	93.422.456
AM	8.831.939	29.996.127	0	148.872.317	110.044.252
AP	118.746	7.664.345	0	38.038.593	30.255.502
BA	280.426.953	178.845.256	76.275.556	869.364.193	486.367.541
CE	65.648.426	97.151.532	2.194.849	479.895.718	319.290.608
DF	0	3.320.908	0	16.481.880	13.160.972
ES	1.977.492.160	33.916.781	900.154.816	23.107.623	-1.088.146.502
GO	0	71.587.195	0	355.306.881	283.719.686
MA	0	81.312.322	0	403.551.632	322.239.310
MG	40.529.926	256.275.717	5.592.066	1.268.793.347	977.579.770
MS	0	29.354.229	0	145.654.321	116.300.092
MT	0	35.856.130	0	177.937.244	142.081.114
PA	672.893	70.076.647	0	347.654.955	276.905.415
PB	46.805.746	63.213.172	13.296.548	307.549.013	210.826.643
PE	116.550.566	96.310.452	18.283.425	463.747.127	269.169.533
PI	0	51.901.153	0	257.586.655	205.685.503
PR	0	132.003.973	0	655.152.624	523.148.651
RJ	8.724.569.586	58.783.070	4.066.342.997	8.386.119	-4.708.623.539
RN	311.751.630	49.266.204	99.777.655	230.483.072	-30.757.108
RO	0	16.865.680	0	83.676.976	66.811.296
RR	0	8.227.291	0	40.987.903	32.760.612
RS	191.924.187	131.938.748	62.421.326	640.491.461	379.049.852
SC	108.355.048	76.233.635	34.449.637	371.192.662	221.053.617
SE	249.730.276	29.205.454	65.711.744	129.677.599	-83.546.387
SP	1.306.910.406	260.550.702	457.591.439	1.254.152.381	144.282.713
TO	0	27.810.455	0	138.023.806	110.213.351
BRASIL	13.548.776.468	1.954.698.156	5.837.818.004	9.130.243.981	-535.412.640

Fonte: ANP / Elaboração Própria

Santa Catarina: **R\$ 221.053.617 (milhões)**

Municípios Catarinenses: 295

Perda com os Royalties R\$ 749.334,29 (mil)

FPM e suas estimativas

O Ministério do Planejamento divulgou recentemente o Relatório de Avaliação Fiscal e Cumprimento de Meta do 3º bimestre de 2015, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta avaliação já apresenta redução em sua previsão para o FPM deste ano. É importante ressaltar que a avaliação do 1º bimestre não está disponível no site do Ministério do Planejamento.

Tabela 3: Previsão FPM para 2015

Tabela 3: Previsão FPM para 2015

Fundo de Participação dos Municípios	PLOA	LOA	2º Avaliação do Governo (a)	3º Avaliação do Governo (b)	Diferença (a-b)
IR	322.992	315.402	316.232	311.146	5.086
IPI	64.693	59.515	55.880	52.969	2.912
Total (IR e IPI)	387.685	374.917	372.112	364.114	7.998
1% de FPM - (IR e IPI) - Dezembro	3.877	3.749	3.721	3.641	80
22,5% de FPM - (IR e IPI) - Bruto	69.783	67.485	66.980	65.541	1.440
Total 23,5% (IR e IPI) - Liq	4.478	71.234	70.701	69.182	1.520
Total 23,5% (IR e IPI) - Bruto	91.106	88.105	87.446	85.567	1.879

Fonte: Relatório de Avaliação de Resultados e Cumprimento de Metas do Ministério do Planejamento.

O FPM bruto, na PLOA, foi previsto em R\$ 91,106 bilhões. Posteriormente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) o valor caiu para R\$ 88,105 bilhões e na última

Avaliação Bimestral do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias o repasse para o FPM ficou em R\$ 85,567 bilhões, ou seja **R\$ 5,53 bilhões a menos** para o fundo desde a PLOA até o último relatório divulgado.

Menos **R\$ 923.766,00** por município brasileiro

Tabela 4: Repasse real FPM – 2014 x 2015

Mês	Ano		Cresc.
	2014	2015	
Janeiro	8.502.717.851,70	7.356.959.572,85	-13,48%
Fevereiro	9.525.913.450,99	8.600.582.084,30	-9,71%
Março	5.599.212.081,47	6.182.649.793,68	10,42%
Abril	6.348.026.092,86	6.625.675.148,13	4,37%
Maiο	8.420.789.646,40	7.818.224.945,57	-7,16%
Junho	6.289.889.137,86	6.982.118.450,61	11,01%
Julho	5.401.678.769,14	5.170.039.809,55	-4,29%
0,5%		946.065.290,15	
Total	50.088.227.030,43	49.682.315.094,84	-0,81%

**Dep. de Estudos Técnicos - Deflacionado (Não consta Repasse Extra de Janeiro, Maio e 0,5% Julho)*

Piso do Magistério

Em janeiro de 2015, o MEC divulgou o valor do piso de R\$ 1.917,78 que corresponde a um aumento de 13,01% sobre o valor do piso vigente em 2014.

Os Municípios brasileiros tiveram seus gastos com pagamento do magistério ampliados em R\$ **6,878 bilhões de 2014 para 2015.**

Se for levada em conta a totalização das variações do piso desde de 2008, os municípios brasileiros tiveram uma expansão de gastos de **R\$ 28,164 bilhões em 8 anos**

Tabela 5: Despesa com Piso Salarial do Magistério

UF	Aumento da despesa em 2015	Variação da despesa (2008 - 2015)
AC	25.313.617	87.112.166
AL	127.507.354	528.025.589
AM	129.364.020	547.766.694
AP	22.152.416	105.092.765
BA	564.079.290	2.312.901.209
CE	314.002.129	1.153.238.771
ES	164.370.113	605.057.226
GO	230.350.744	1.084.786.448
MA	327.550.262	1.369.135.715
MG	518.373.022	1.897.657.219
MS	111.571.239	467.390.933
MT	99.944.433	376.190.642
PA	344.206.077	1.506.191.384
PB	121.734.851	494.057.536
PE	274.996.822	1.111.377.773
PI	131.199.564	571.450.098
PR	322.891.411	1.325.827.106
RJ	614.068.755	2.618.792.013
RN	100.591.977	355.603.421
RO	51.017.988	202.999.768
RR	16.670.983	76.609.011
RS	392.667.170	1.613.525.346
SC	268.047.905	1.261.966.062
SE	85.273.319	354.518.824
SP	1.470.165.831	5.946.843.171
TO	49.935.161	190.721.639
Total	6.878.046.454	28.164.838.531

Fonte: Finbra e Siope / Elaboração Própria

Posição dos Municípios da AMMVi

Conforme o portal CNM



<http://www.panorama.cnm.org.br/principal>

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 10.321.106,52

*relativos as desonerações de impostos.

Apiúna - SC

2008	R\$ 1.394.681,79
2009	R\$ 1.341.396,78
2010	R\$ 1.582.115,45
2011	R\$ 1.283.596,38
2012	R\$ 1.412.493,98
2013	R\$ 1.580.535,88
2014	R\$ 1.726.286,26

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Apiúna

Indicadores - Gastos pessoais

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, tornou impositivo o acompanhamento da despesa com pessoal realizada nas três esferas de governo.

De acordo com a LRF, onde os limites máximos da despesa de pessoal são calculados como percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com os seguintes critérios:

SAIBA MAIS

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

49.65%

Situação: **Limitrofe**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 11.947.574,85

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 24.059.275,47

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 9.241.558,13

*relativos as desonerações de impostos.

Ascurra - SC

2008	R\$ 1.046.011,37
2009	R\$ 1.006.047,64
2010	R\$ 1.186.586,62
2011	R\$ 1.283.596,38
2012	R\$ 1.412.493,98
2013	R\$ 1.580.535,88
2014	R\$ 1.726.286,26

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Ascurra

SAIBA MAIS

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

56.15%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 8.131.583,76

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 14.479.477,29

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 11.973.406,79

*relativos as desonerações de impostos.

Benedito Novo - SC

2008	R\$ 1.046.011,37
2009	R\$ 1.341.396,78
2010	R\$ 1.582.115,45
2011	R\$ 1.711.461,80
2012	R\$ 1.883.325,24
2013	R\$ 2.107.381,13
2014	R\$ 2.301.715,02

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Benedito Novo

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

52.27%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 9.493.819,89

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 18.159.868,23

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

R\$ 81.636.209,54

*relativos as desonerações de impostos.

Blumenau - SC

2008	R\$ 9.398.825,54
2009	R\$ 8.936.246,29
2010	R\$ 10.515.880,41
2011	R\$ 11.317.281,42
2012	R\$ 12.440.380,15
2013	R\$ 13.901.835,92
2014	R\$ 15.125.759,81

Blumenau

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

46.75%

Situação: **Ajustada**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 397.025.846,98

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 849.168.841,15

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

R\$ 9.241.558,13

*relativos as desonerações de impostos.

Botuverá - SC

2008	R\$ 1.046.011,37
2009	R\$ 1.006.047,64
2010	R\$ 1.186.586,62
2011	R\$ 1.283.596,38
2012	R\$ 1.412.493,98
2013	R\$ 1.580.535,88
2014	R\$ 1.726.286,26

Botuverá

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

53.21%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 6.271.679,85

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 11.785.969,16

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 49.179.716,01

*relativos as desonerações de impostos.

Brusque - SC

2008	R\$ 5.230.056,37
2009	R\$ 5.030.237,62
2010	R\$ 6.328.461,46
2011	R\$ 6.845.846,93
2012	R\$ 7.533.300,60
2013	R\$ 8.429.524,21
2014	R\$ 9.782.288,82

Brusque

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

44.31%

Situação: **Ajustada**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 107.670.740,14

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 242.964.211,50

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

R\$ 9.241.558,13

*relativos as desonerações de impostos.

Doutor Pedrinho - SC

2008	R\$ 1.046.011,37
2009	R\$ 1.006.047,64
2010	R\$ 1.186.586,62
2011	R\$ 1.283.596,38
2012	R\$ 1.412.493,98
2013	R\$ 1.580.535,88
2014	R\$ 1.726.286,26

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Doutor Pedrinho

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

50.41%

Situação: **Limitrofe**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 5.145.875,22

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 10.206.249,57

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

R\$ 34.461.139,91

*relativos as desonerações de impostos.

Gaspar - SC

2008	R\$ 3.835.374,71
2009	R\$ 3.688.840,95
2010	R\$ 4.350.817,29
2011	R\$ 4.706.519,78
2012	R\$ 5.179.144,22
2013	R\$ 5.795.297,91
2014	R\$ 6.905.145,05

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Gaspar

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

51.95%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 64.926.708,51

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 124.956.784,71

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 17.799.095,88

*relativos as desonerações de impostos.

Guabiruba - SC

2008	R\$ 1.743.352,19
2009	R\$ 1.676.745,94
2010	R\$ 2.373.173,13
2011	R\$ 2.567.192,64
2012	R\$ 2.824.987,82
2013	R\$ 3.161.071,63
2014	R\$ 3.452.572,53

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Guabiruba

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

51.37%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 20.620.287,85

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 40.138.831,17

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

R\$ 32.806.162,72

*relativos as desonerações de impostos.

Indaial - SC

2008	R\$ 3.486.704,27
2009	R\$ 3.353.491,78
2010	R\$ 3.955.288,46
2011	R\$ 4.706.519,78
2012	R\$ 5.179.144,22
2013	R\$ 5.795.297,91
2014	R\$ 6.329.716,30

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Indaial

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

53.42%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 61.879.532,69

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 115.816.863,76

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limítrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 21.563.634,67

*relativos as desonerações de impostos.

Pomerode - SC

2008	R\$ 2.440.693,06
2009	R\$ 2.347.444,29
2010	R\$ 2.768.701,95
2011	R\$ 2.995.058,10
2012	R\$ 3.295.819,08
2013	R\$ 3.687.916,91
2014	R\$ 4.028.001,28

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Pomerode

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

52.19%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 41.262.213,61

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 79.047.729,45

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 11.242.528,82

*relativos as desonerações de impostos.

Rio dos Cedros - SC

2008	R\$ 1.046.011,37
2009	R\$ 1.006.047,64
2010	R\$ 1.186.586,62
2011	R\$ 1.711.461,80
2012	R\$ 1.883.325,24
2013	R\$ 2.107.381,13
2014	R\$ 2.301.715,02

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Rio dos Cedros

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

53.87%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 11.156.679,86

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 20.708.237,04

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 12.322.077,21

*relativos as desonerações de impostos.

Rodeio - SC

2008	R\$ 1.394.681,79
2009	R\$ 1.341.396,78
2010	R\$ 1.582.115,45
2011	R\$ 1.711.461,80
2012	R\$ 1.883.325,24
2013	R\$ 2.107.381,13
2014	R\$ 2.301.715,02

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Rodeio

SAIBA MAIS

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

60.11%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 11.550.892,80

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 19.213.267,92

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limitrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R\$ 25.746.427,71

*relativos as desonerações de impostos.

Timbó - SC

2008	R\$ 2.789.363,45
2009	R\$ 2.682.793,42
2010	R\$ 3.164.230,78
2011	R\$ 3.422.923,52
2012	R\$ 3.766.650,36
2013	R\$ 4.741.607,39
2014	R\$ 5.178.858,79

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União

Timbó

Despesa Total x Receita Corrente Líquida:

52.52%

Situação: **Emergencial**

Gastos

DPT – Despesa de Pessoal Total:

R\$ 47.933.112,50

RCL – Receita Corrente Líquida:

R\$ 91.265.972,45

Tabela de Classificação do gasto:

Tabela de Classificação do gasto:

De 0% a 38,00% **Boa**

De 38,01% a 48,00% **Ajustada**

De 48,01% a 51,30% **Limítrofe**

De 51,31% a 100,00% **Emergencial**

IMPORTANTE: Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados do FINBRA (Finanças do Brasil) no portal SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e foram calculados de acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). Estes dados podem ser diferentes do informado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois cada órgão possui uma metodologia de cálculo diferente.

Concluindo:

Santa Catarina é composta por 200 municípios que com exceções dependem exclusivamente de 3 fontes: FPM ICMS e FUNDEB

Fontes : <http://www.panorama.cnm.org.br/>

Formação Professores

Cursos para formar professores terão carga horária maior e mais prática

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-07/cursos-para-formar-professores-terao-carga-horaria-maior-e-mais-pratica>

A homologação do [Parecer 2/2015](#) é parte do pacote de medidas adotadas pelo governo no final do [primeiro ano de vigência do Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#). Entre as mudanças está a exigência de uma carga horária maior para os cursos de licenciatura, que passam de 2,8 mil, o equivalente a três anos de formação, para 3,2 mil ou quatro anos de formação.

Para a segunda licenciatura, a duração varia de 800 a 1,2 mil horas e os cursos de formação pedagógica para os graduados não licenciados devem ter a duração de 1 mil a 1,4 mil horas.

Os futuros professores terão durante todo o curso atividades práticas, além do estágio supervisionado em escolas.

<http://ced.ufsc.br/files/2015/07/RES-2-2015-CP-CNE-Diretrizes-Curriculares-Nacionais-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-inicial-em-n%C3%ADvel-superior.pdf>

Sistema Nacional de ensino

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/SNE_junho_2015.pdf

Ministério da Educação
Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC
Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino

Uma agenda

2015	julho e agosto	<ul style="list-style-type: none">• apresentação do presente texto pelo MEC;• elaboração de uma proposição sobre a Base Nacional Comum e CAQi/CAQ• início dos debates nacionais
	setembro	<ul style="list-style-type: none">• sistematização de primeiras contribuições para este documento e divulgação dos demais (BNC, CAQi/CAQ)
	setembro a dezembro	<ul style="list-style-type: none">• amplo debate nacional sobre todos os documentos apresentados, com recebimento de contribuições de entidades nacionais
2016	janeiro e fevereiro	<ul style="list-style-type: none">• sistematização das contribuições recebidas e distribuição dos documentos sistematizados• elaboração de projetos de lei e documentos ao CNE
	março a junho	<ul style="list-style-type: none">• diálogo com conselheiros e parlamentares, envolvendo Secretarias, Conselhos e Fóruns Estaduais e Municipais de Educação• tramitação dos projetos
	julho a dezembro	<ul style="list-style-type: none">• estruturação de uma rede de assistência técnica para adequação das leis que organizam os sistemas estaduais e municipais de ensino

Plano Municipal e Ideologia de Gênero
Avaliação da Reunião

Assuntos Gerais